

# LÍDERES FEMININAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ORIXIMINÁ, PARÁ: “NEGAS QUE DESATAM NÓS”<sup>1</sup>

Ana Caroline Albuquerque Soares<sup>2</sup>

## Resumo:

As reflexões aqui apresentadas evidenciam a ascensão de mulheres negras à posição de líderes em associações comunitárias quilombolas, no município de Oriximiná, Pará. Ao perceber o lugar de fala reservado às mulheres na historiografia, buscou-se entender, com base em Del Priore (1994, 1998), Perrot (1989), Gonzalez (2003) e outros autores, como essas mulheres rompem o silêncio e produzem discursos contra-hegemônicos. Por meio da análise de entrevistas e a partir da sociologia reflexiva (Bourdieu 2010) apresenta-se considerações que favorecem o entendimento a respeito da relevância da consolidação da liderança feminina e os “lugares de fala” das mulheres quilombolas dentro das associações. Percebeu-se que as mulheres quilombolas deixaram de ser coadjuvantes para serem protagonistas de seus próprios discursos e de sua história, rompendo assim as regras heteronormativas.

**Palavras-chave:** Líderes Femininas; Quilombolas; Oriximiná – PA.

## Abstract:

The reflections presented here highlight the rise of black women to the position of leaders in quilombola community associations, in the municipality of Oriximiná, Pará. By perceiving the place of speech reserved for women in historiography, we seek to understand, based on Del Priore (1994, 1998), Perrot (1989), Gonzalez (2003) and other authors, how these women break the silence and produce counter-discourse the hegemonics of it. Through the analysis of interviews and guided by reflexive sociology (Bourdieu 2010) we present considerations that favor the understanding regarding the relevance of the consolidation of female leadership and the “places of speech” of women quilombolas within associations. We realize that women quilombolas, they went from being supporting actors to be protagonists of their own discourses and history, thus breaking the heteronormative rules.

**Keywords:** Female Leaders; Quilombolas; Oriximiná – PA.

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi elaborado a partir de dados coletados durante pesquisa de campo do mestrado, o qual ainda está em andamento e relaciona-se com titulações de territórios quilombolas no município de Oriximiná, Pará. Os dados utilizados foram autorizados pelas interlocutoras por meio de Termo de Consentimento Livre, onde autorizam o uso de voz, imagem e identificação.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: acaroline\_soares@hotmail.com; carolsoares777@gmail.com

## Introdução

*O racismo patriarcal heteronormativo apostou que não teríamos o que dizer. Perdeu! Somos filhos e filhas da cultura em que a palavra tem muitos poderes. Com ela, narramos o mundo que vemos e vivemos.*

*Jurema Werneck*

Nas últimas décadas, as comunidades de remanescentes de quilombos<sup>3</sup> se tornaram objetos de estudos de diversas áreas do conhecimento, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias (ADCT) a propriedade das terras por eles ocupadas. Nos últimos anos, mais precisamente depois da publicação do Decreto 4.887/2003, que regulamenta a identificação, a demarcação e a titulação dos territórios ocupados por quilombolas, esses estudos ganharam novo fôlego.

A maioria das pesquisas relacionadas às comunidades de remanescentes de quilombos<sup>4</sup> também conhecidas, conforme Almeida (2011), como “*terras de preto*” ou comunidades negras rurais, trata de questões ligadas a identidade, território, raça, religião, cultura, políticas públicas, entre outros. Entende-se a relevância dos assuntos citados, mas considera-se importante e necessárias as discussões sobre a história das mulheres negras e quilombolas.

Durante muito tempo a mulher negra não teve oportunidade de contar suas vivências e fazer ecoar sua voz, resolveu-se abordar neste artigo os espaços de luta e o “lugar de fala”<sup>5</sup> daquelas que foram, em consonância com Del Priore (1998), deixadas à margem da história e invisibilizadas por longos anos na sociedade brasileira. E justamente por saber que esses ambientes existem, que produzem insurgências contra o modelo dominante, que desestabilizam verdades tidas como absolutas e que são, conforme Ribeiro (2019), lugares de resistência e reexistência, é que se propôs esse estudo.

A disposição em debater sobre esses espaços de onde ecoam as falas de mulheres negras vem, porque desde a escola somos apresentados à uma perspectiva de conhecimento eurocêntrica, que se reflete em uma sociedade machista, racista e desigual, que reserva ao negro o papel de subalterno na sociedade e onde os feitos do colonizador se sobressaem. Conforme Santos (2009) o conhecimento científico se impõe como verdade absoluta, de tal modo que marginaliza vivências, saberes, experiências, suprime atores sociais e trazer para as pesquisas e dar visibilidade as vozes sufocadas de negras (os) é um modo de romper com o pensamento universal, excludente e racista, assim como é uma forma de fazer ressoar essas vozes e de ampliar os ambientes de fala desse grupo.

Estudar a história das mulheres negras, as questões étnico-raciais, de identidades, de gênero e outras temáticas relacionadas a esse grupo social, em conformidade com Giacomini (2013, p. 21), é funda-

---

<sup>3</sup> As comunidades remanescentes de quilombos ou comunidades quilombolas são grupos étnicos constituídos de população negra rural ou urbana, descendentes de ex-escravizados, que se autodefinem a partir das relações específicas de territorialidade, de apropriação dos recursos naturais, ancestralidade, de tradições e práticas culturais próprias. (Ler ALMEIDA 2008, 2011).

<sup>4</sup> A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) aponta em suas estimativas de 2017 que no Brasil existem aproximadamente dois milhões de quilombolas, o que equivale a um total de 130 mil famílias em todos os estados do país. A maior parte dessa população vive em áreas rurais, em comunidades que são espaços de manutenção e resistência da ancestralidade africana e da cultura negra. Disponível em <[www.conaq.or.br/](http://www.conaq.or.br/)>.

<sup>5</sup> Entende-se como “lugar de fala”, os discursos produzidos pelos sujeitos a partir do *locus* social e das vivências de cada um. Além de uma postura ética, “pensar lugar de fala seria romper com o silêncio que foi instituído para quem foi subalternizado” (RIBEIRO, 2019: 89).

mental para se “compreender algumas das raízes históricas da situação atual da mulher negra no Brasil”. Neste estudo o objetivo é refletir sobre a ascensão de mulheres quilombolas à posição de líderes em associações representativas, como a Associação do Remanescentes de Quilombo de Oriximiná (ARQMO) e a Associação Mãe Domingas (AMD).

O intuito é fazer reflexões que ajudem a entender a relevância da consolidação da liderança feminina e o “lugar de fala” das mulheres quilombolas dentro das associações mencionadas, pois em comum entendimento com Torres (2008, p. 185), “mesmo em instituições que têm por finalidade a emancipação das minorias sociais e das classes trabalhadoras, como é o caso dos sindicatos, possui uma zona obscura de discriminação e opressão das mulheres”. Discussões como essa podem ajudar a fortalecer os espaços de onde ressoam essas vozes femininas, é também um meio de tornar visível as lutas e as conquistas, daquelas que resistem a opressão de classe, raça, gênero e outras (DAVIS, 2016).

Por ser um estudo de cunho qualitativo, baseado na sociologia reflexiva de Bourdieu (2010), as ponderações serão feitas a partir das falas de mulheres, ou seja, as mulheres quilombolas serão porta-vozes de suas próprias histórias, a fim de romper a barreira do silenciamento e da invisibilidade. Estudar as lideranças femininas nas comunidades quilombolas de Oriximiná é um meio de valorizar as vozes que ficaram submersas num silêncio longo e profundo, é uma forma de realçar a subjetividade e os discursos desse grupo.

Com esse estudo há um interesse também de desconstruir estereótipos e noções pré-concebidas, tão presentes em nosso dia a dia, sobre a mulher negra. O intuito dessa desconstrução, é por entender-se que são pré-noções machistas, sexistas e racistas, que favorecem a perpetuação de um imaginário e senso comum onde a mulher negra é apresentada como a “empregada doméstica”, a “mucama”, a “mulata do samba”, a “amante”, a “mãe de santo”, a “macumbeira” e tantas outras derivações (GONZALEZ, 1985; 2008).

Os dados aqui utilizados foram coletados durante uma das pesquisas de campo em decorrência do mestrado, o qual está voltado para questões relacionadas a ações e práticas de resistência e luta em favor da titulação de territórios e realiza-se em uma das comunidades quilombolas de Oriximiná, mais precisamente na comunidade da Tapagem, no Alto Trombetas. As entrevistas aconteceram na sede do município de Oriximiná e entrevistou-se duas líderes quilombolas de comunidades distintas, que registraram suas percepções sobre luta, gênero, liderança feminina e suas motivações para a resistência diária diante de tantas opressões.

As narrativas que serão apresentadas correspondem a experiências de mulheres negras inseridas em movimento de quilombolas, em particular, nas associações ARQMO e AMD. A escolha dessas instituições deu-se em função de ambas serem atualmente coordenadas por líderes femininas.

A ARQMO, fundada em 1989, foi criada para representar os quilombolas na luta pelo reconhecimento do direito à propriedade das terras por eles ocupadas. Em parceria com a Igreja Católica de Oriximiná e com a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP),<sup>6</sup> os líderes quilombolas fundaram essa associação, que organiza as comunidades na luta por seus territórios e apoia iniciativas que visem melhorias na qualidade de vida desse grupo em Oriximiná.

---

<sup>6</sup> A Comissão Pró-Índio de São Paulo é uma organização não governamental, fundada em 1978 que atua junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia, o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas e o combate à discriminação racial (ANDRADE, 2011).

A AMD é uma associação afiliada<sup>7</sup> a ARQMO (considerada associação-mãe), que representa a área conhecida como Território Quilombola (TQ) Alto Trombetas I, formado pelas comunidades: Abuí, Paraná do Abuí, Sagrado Coração, Mãe Cué, Santo Antônio do Abuzinho e Tapagem. Essa associação, fundada em 2000, é composta por representantes dessas comunidades e seus membros diretores, eleitos em votação pelos comunitários, permanecem na direção da instituição por dois anos.

## Notas sobre o “lugar de fala” da mulher ao longo da história

Na historiografia oficial, conforme Duby e Perrot (1995), por muito tempo as mulheres foram silenciadas, isso porque a história sempre foi escrita por e para homens, reservando à mulher uma posição de sujeito subalterno e à margem. Essa historiografia oficial, feita como dizia Benjamim pelos “vencedores”, marcada por hierarquia de valores, preconceitos e estereótipos, serviu de base para os discursos opressores, da diferenciação entre sexo e da dominação e supremacia masculina.<sup>8</sup>

Os fatos e feitos heroicos dos homens sempre foram exaltados na narrativa histórica, enquanto que a mulher era praticamente excluída. Essa invisibilidade da mulher era ainda maior quando se tratava da história das mulheres do povo, visto que as poucas narrações que mencionavam a mulher eram produzidas a partir do prisma masculino e referiam-se às mulheres da elite ou da realeza. Soihet (1998, p. 81) ressalta que “apesar da dominação masculina, a atuação feminina não deixa de se fazer sentir, através de complexos contrapoderes: poder maternal, poder sobre outras mulheres e ‘compensações no jogo da sedução e do reinado feminino”.

Ao estudar a história das mulheres no século XIX, Perrot (1989) verifica que o silêncio a respeito desses seres ativos e produtores de história não era por falta de fontes, ao contrário, isso acontecia porque a mulher não tinha direito de fala, era invisibilizada por discursos masculinos, que não permitiam que os anseios e o cotidiano das mulheres fossem verbalizados.

As investigações sobre a história das mulheres, conforme Perrot (1989), possibilitaram às mulheres uma compreensão melhor de si mesmas, um entendimento das identidades como fruto de construções históricas e serviram para uma consciência maior sobre relações de poder. É nesse ínterim que surge o movimento feminista, com o intuito de igualar os direitos e status entre homens e mulheres e também de superar a abordagem androcêntrica, a qual enfatiza o homem como o ser e a mulher é considerada o outro, ou o segundo sexo, como dizia Beauvoir (2009).

O feminismo e seus estudos foram fundamentais para uma mudança na historiografia e para o estabelecimento dos estudos sobre mulheres como campo de pesquisa. Del Priore (1998) considera relevante o papel do movimento feminista, pois além de tirar as mulheres dos “porões e sótãos”, fez com que a história do ser feminino fosse contada, levando em conta a opressão e a representação da mulher na história. O movimento feminista conseguiu, por meio de experiências sociais, teorizar reflexões críticas a respeito da condição social da mulher e analisar as relações de poder existentes na sociedade a partir da categoria gênero.

---

<sup>7</sup> As associações filiadas são criadas para representar cada Território ou Terra Quilombola (TQ) que busca a regularização fundiária, uma vez que a ARQMO é considerada uma associação-mãe que orienta os trâmites para a titulação, mas o título sai em nome da associação criada pelos comunitários de cada área. Assim como a AMD representa o TQ Alto Trombetas I, o TQ Alto Trombetas II é representado pela ACRQAT, assim como as demais áreas tem suas entidades representativas.

<sup>8</sup> Para um entendimento mais aprofundado sobre a dominação masculina sobre as mulheres e também sobre a manifestação e institucionalização dessa dominação sobre mulheres na sociedade em geral, verificar BOURDIER, 2012.

Conforme as orientações de Scott (1995, p. 14), gênero passou a ser uma categoria muito enfatizada nos estudos sobre mulheres, é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é o gênero um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Ou seja, gênero se constitui em um constructo analítico para se evitar posições dicotômicas e binárias e apreender as relações existentes entre masculino e feminino. Em consonância com Azêredo (2007), essa categoria vem estremecer as verdades científicas sobre sexualidade e sexo, a concepção de relações de poder, raça, classe, cultura, entre outras.

A invisibilidade e o silenciamento da mulher na historiografia brasileira aconteceu de modo parecido a outros lugares do mundo, mas em países como Inglaterra, França e Estados Unidos, o reconhecimento da condição feminina e dos direitos da mulher aconteceu bem antes que no Brasil. E não se pode deixar de reconhecer que o movimento feminista contribuiu para a consolidação do campo de estudo sobre mulheres e fez ecoar as vozes femininas na narrativa histórica brasileira. Ao fazer essas considerações sobre o feminismo, não se desconsidera ou desmerece os estudos sobre a figura feminina anteriores a essa corrente teórica.

No início, as produções historiográficas brasileiras deram ênfase ao período colonial, centrando as análises em relatos dos viajantes, em documentos processuais oficiais (civis e criminais), dentre outros. Para Del Priore (1994) abordou-se de modo exaustivo a moralização dos corpos das mulheres coloniais, sempre polarizando e distanciando a senhora de engenho e a escrava. A autora destaca ainda, mais que falar sobre as misérias da vida feminina, aos estudos feministas importava decodificar os poderes informais, as articulações entre subordinação e resistência e as estratégias que as mulheres detinham por trás do suposto poder masculino.

Nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil, assim como na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha e em outros lugares do mundo, surgiram novas perspectivas de estudo dentro do movimento feminista, que ampliavam as discussões de gênero no âmbito das ciências humanas e sociais e impulsionavam outros segmentos de luta, como por exemplo, os jovens, os negros, os intelectuais, entre outros. Conforme Buarque de Holanda (1994), foi a emergência dessas novas lutas sociais e o movimento pós-moderno que trouxeram os grupos subalternizados ou marginais para as discussões históricas. Para esta autora foi o movimento pós-modernista que descortinou às mulheres que não há um poder, os homens estavam sempre no poder, porque eles assim se colocavam.

No Brasil, foi nessa conjuntura que outras vozes ecoaram criticando a categoria mulher (de qual mulher estamos a falar: a branca, a negra?) e os discursos hegemônicos que elegiam - o branco, heterossexual, cristão, classe média - o biótipo ideal de cidadão. Por muito tempo o movimento feminista, composto em sua maioria por mulheres brancas, invisibilizou a questão racial e as peculiaridades das opressões que as mulheres negras sofriam. Conforme Gonzalez (2008:36), as ativistas e intelectuais brancas mantiveram uma tendência a “deixar de reconhecer, a especificidade da natureza da experiência do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados”.

Para Carneiro (2003), foi nesse período que vimos “enegrecer o feminismo”. O feminismo negro brasileiro foi inspirado em intelectuais, ativistas e afrodescendentes, como Patrícia Hill Collis, Kimberle Crenshaw, bell hooks, Audre Lorde, Ângela Davis e outras, que apontavam que o feminismo tradicional não respondia aos anseios da população negra, isso porque conforme as considerações de Davis (1997, p. 08), “raça é a maneira como a classe é vivida. [...] gênero é a maneira como a classe é vivida. A gente precisa [...] perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras”.

No Brasil nas décadas de 1970 e 1980, mesmo dentro do Movimento Negro Unificado (MNU), uma das principais organizações de luta antirracista daquele momento, constantemente as feministas negras enfrentavam dilemas, pois a presença masculina era maior e o machismo<sup>9</sup> se fazia presente, com isso as pautas e bandeiras de luta permaneciam silenciadas para não dissolverem a luta antirracismo. Depois de muita mobilização, as demandas das mulheres negras foram incorporadas ao congresso do MNU (DOMINGUES, 2007). Esses movimentos possibilitaram às mulheres o entendimento sobre a importância de lutar e ocupar os espaços de poder.

É à luz dessas reflexões que se pretende discutir a relevância de mulheres quilombolas ocuparem posições de liderança e demarcarem seus “lugares de fala”. Não era intenção, neste espaço, fazer um debate profundo e nem sanar todas as dúvidas e indagações sobre a história das mulheres, gênero e feminismo negro, tentou-se por meio desses apontamentos, mostrar e refletir sobre o silenciamento e o lugar reservado à voz das mulheres ao longo da história. Os discursos e narrativas das mulheres negras têm ganhado visibilidade, hoje suas demandas são mais discutidas e isso deve-se ao fato de as mulheres negras continuarem a lutar e produzir falas insurgentes e contra-hegemônicas.

## **Reflexões sobre lideranças femininas nas comunidades quilombolas de Oriximiná, Pará**

O universo das comunidades quilombolas de Oriximiná<sup>10</sup> é marcado por lutas, conflitos e tensões em torno de questões territoriais. Oriximiná é um município do oeste do Pará, que abriga uma extensa área de proteção ambiental, terras indígenas e quilombolas. Segundo dados da CPI-SP (2019), os quilombolas estão organizados em 37 comunidades e vivem as margens dos rios Trombetas, Erepecuru, Acapu e Cuminá. Esse município representa um marco na luta e resistência quilombola, visto que foi nesse município que ocorreu a primeira titulação coletiva de terra de quilombos (1995), em cumprimento ao que determina o artigo 68 da ADCT, da Constituição Federativa de 1988.

Nas décadas de 1970 e 1980, a região do rio Trombetas e seus afluentes, em consonância com Acevedo & Castro (1998) foi atingida por projetos desenvolvimentistas que visavam integrar a Amazônia a uma política nacional. No início da década de 80, líderes organizaram-se e receberam assessoria de instituições para a defesa de seu território. Em 1989, os quilombolas, em parceria com a Igreja Católica e a CPI-SP, mobilizaram-se e viajaram até Brasília para apresentar suas reivindicações aos órgãos governamentais.

Ainda em 1989, os líderes, com o apoio dos demais moradores das comunidades e das entidades parceiras, fundaram a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Oriximiná (ARQMO). Essa associação foi criada para dar representatividade e visibilidade aos quilombolas junto às esferas federal,

---

<sup>9</sup> Machismo: ideologia que considera a mulher, econômica, política e socialmente inferior ao homem e essa inferiorização justifica a dominação sobre as mulheres em vários aspectos de sua vida. O machismo pode se expressar de várias formas. Nas piadas que ridicularizam as mulheres, nas várias formas de violência: verbal, física (incluindo aí a violência sexual) e psicológica, na mercantilização do corpo da mulher. Mas também na desvalorização do trabalho feminino, na diferenciação salarial entre homens e mulheres e na transformação da mulher em escrava do trabalho doméstico (PAGU, 2012, p.12-3).

<sup>10</sup> O município de Oriximiná, pertence a mesorregião do Baixo Amazonas e possui uma extensão territorial de 107.603,291 km<sup>2</sup>, cuja população estimada em 2019 é de 73.096, é considerado o segundo maior município do mundo em extensão territorial, perdendo apenas para o município de Altamira, também no Estado do Pará. (IBGE, 2019). Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/oriximina/panorama>>.

estadual e municipal, pelo direito à titulação dos seus territórios e pela reprodução de sua cultura. Archanjo (2015: 81) ressalta que, com a ARQMO, “homens e mulheres criam novos espaços para se fazer política, lutando pelo direito à cidadania, por décadas negado”. Com o auxílio da ARQMO, outras associações foram criadas para representar as diversas comunidades na luta pela regulamentação territorial.

Nessas comunidades quilombolas, assim como em outras comunidades rurais da Amazônia, conforme Monteiro (2013), a base familiar é estabelecida a partir da figura masculina, ou seja, a dominação patriarcal<sup>11</sup> permeia os valores morais e as relações sociais: trabalho, lazer, família, entre outras. O imaginário social e cultural, tornou natural associar o papel da mulher ao ambiente privado (casa) e aos serviços domésticos e o homem ao ambiente público, fora do espaço doméstico. Em comunidades rurais na Amazônia ainda é comum essa divisão, onde o homem é tido como o provedor da família nas relações externas ao lar e a mulher é responsável pelo lar, pelos afazeres e pela família, atividades que, muitas vezes, a impede de acessar a educação escolar, as reuniões/manifestações comunitárias e outras ações que se realizem além do espaço privado (SILVA, 2016).

Uma de nossas entrevistadas, Adriene Silvério, 38 anos, professora, militante das causas territoriais e feministas, coordenadora da AMD, liderança da comunidade Tapagem – Alto Trombetas 1. A comunidade Tapagem enfrenta desde de 2003 um processo para a titulação do seu território e um dos líderes da luta pela regularização fundiária foi o avô de Adriene, conhecido como Pedro Barulho. Foi com o incentivo e as lições deixadas pelo sr. Pedro, que a entrevistada decidiu militar em favor de sua comunidade e das mulheres, mas ela reconhece que as mulheres ainda enfrentam muitos obstáculos para ocuparem posições de lideranças, devido as relações patriarcais nessas comunidades ainda persistirem. Para a interlocutora, essa situação é muito delicada,

é muito difícil, porque tá na base, muitas vezes essas mulheres foram criadas assim, vendo seus pais maltratarem suas mães. Para ter uma mudança é difícil, mas acontece, basta você levar conhecimento, porque a partir do momento que você tem conhecimento, elas começam a pensar de uma outra forma. [...] mas tem aquelas que são submissas aos seus maridos, que ainda acham que o marido é que manda em tudo, [...] com essa questão do machismo [...] a mulher muitas vezes se coloca como inferior ao homem, mas ela não é [...] e as minhas ações são pra incentivar outras mulheres a lutar [...] (Adriene Silvério, entrevista concedida em maio de 2019).

Anteriormente, quando Archanjo (2015) menciona que homens e mulheres criam espaços de luta política, percebe-se que a figura feminina aparece como sujeito ativo nesse contexto e isso nos instiga a entender como se dá essa participação, visto que as relações são de domínio masculino.

A entrevista de Gabriela Cardoso, 33 anos, da comunidade Jauari - Rio Erepecuru, coordenadora de mulheres da ARQMO, esclarece algumas circunstâncias a respeito das mulheres quilombolas. Gabriela envolveu-se nas lutas quilombolas com o apoio do irmão, Ricardo Cardoso, que é coordenador da associação das comunidades quilombolas da área Erepecuru. As comunidades quilombolas da área do Erepecuru são territórios já titulados, contudo, as lutas por acesso a políticas públicas, políticas de gestão e au-

---

<sup>11</sup> O patriarcalismo relaciona-se com a supremacia do ser masculino nas relações sociais, é a relação de um grupo dominante (Homem), considerado superior, com um grupo dominado (Mulher, filhos, família) considerado inferior. Nas relações patriarcais, a mulher (inferior) é subordinada em troca de proteção e apoio financeiro dados pelo homem (superior). Faz-se conveniente sobre este tema verificar MIGUEL (2015) e BOURDIER (2012).

tonomia das comunidades permanecem e foi com esse objetivo que a interlocutora ingressou nos movimentos de luta quilombola.

No que diz respeito a presença de mulheres nas ações da ARQMO, Gabriela destaca que “as mulheres estavam e ainda estão presentes nas reuniões, principalmente quando envolve a luta pelo território” (Gabriela Cardoso, entrevista concedida em maio de 2019). Aqui é importante ressaltar que o fato de estarem nas reuniões não significa que as mulheres tinham poder de escolha/voto ou mesmo que suas pautas eram acolhidas pelos homens.

Na conjuntura hierárquica das comunidades quilombolas muitas vezes as mulheres são colocadas em posições inferiorizadas em relação a figura masculina em diversos âmbitos das relações sociais, inclusive nas associações representativas, como é caso da ARQMO e da Associação Mãe Domingas (AMD). Fatos como esse já haviam sido relatados por Carneiro (2003), quando no início do MNU, as mulheres negras eram designadas para afazeres tido como domésticos, como varrer, fazer café, limpar o ambiente e outros. Adriene Silvério narrou suas lembranças sobre a participação das mulheres quilombolas em reuniões/ações comunitárias e a sobre relação patriarcal nessas comunidades.

As mulheres sempre participavam, mas não tinham o poder de decisão, até porque o machismo melhorou, mas antigamente era muito nas nossas comunidades. Os homens achavam que as mulheres só eram pra tá, como eles diziam, na beira do fogão fazendo a comida [...] os homens iam pescar e só faziam deixar o peixe lá e não ajudavam a mulher a cuidar. As mulheres eram praticamente pra cuidar do marido, achavam que as mulheres eram como uma empregada do marido (Adriene Silvério, entrevista concedida em maio de 2019).

A partir da narrativa da entrevistada percebe-se que no início da luta territorial, a mulher quilombola mantém uma postura ativa e participa nas ações, mas não ocupa cargos ou posições de lideranças, essas funções são desempenhadas apenas pelos homens. Na música “Força do Negro”, de autoria do remanescente quilombola Rafael Viana, composta a época da fundação da ARQMO, canta-se a luta em busca de direitos sociais e menciona-se a presença feminina. “Ô, minha nega chega aqui e vamos desatar esse nó, vamos dançar agarradinho, balançando nosso carimbó”, nesse fragmento pode-se perceber a imagem de uma mulher que ajuda os negros a “desatar os nós”, resolver os problemas encontrados para a titulação das terras, uma negra articuladora, militante, também uma companheira para as horas de lazer e para comemorar as conquistas, mas que é tida como assistencial à figura masculina.

Mesmo que essas mulheres fossem participativas na luta territorial, suas demandas e opiniões eram colocadas em segundo plano, visto que as associações também reproduziam a hierarquia patriarcal e sexista. “As mulheres não participavam da coordenação administrativa, participavam como conselheiras, e eram poucas mulheres, na verdade só era homem” (Adriene Silvério, entrevista concedida em maio de 2019). Para se ter uma ideia, a ARQMO foi fundada em 1989 e desde então foi coordenada por homens, mesmo que diversas mulheres tenham participado das coordenações, estas sempre foram mantidas em posições secundárias. Somente no ano de 2015, uma mulher quilombola, Claudinete Colé, foi eleita coordenadora da ARQMO. Essa situação, com relação a participação das mulheres nas posições de líderes, se repete nas demais associações, como é o caso da AMD, que foi fundada em 2000, mas somente em 2018, uma líder feminina, Adriene Silvério, chegou à função de coordenadora dessa associação.

A entrevistada Gabriela Cardoso destaca que o fato de não assumirem as associações antes era devido o homem continuar a inferiorizar as mulheres, eles “acham que nós mulheres não temos capaci-

dade de liderar, coordenar uma associação de grande porte como a ARQMO, mas o que eles não sabem é que nós mulheres temos uma necessidade tão forte de executar ações” (Entrevista concedida em maio de 2019). Essa capacidade que a entrevistada ressalta, já podia ser observada na atuação e no empenho das mulheres nas lutas territoriais, mas, mesmo com todo o envolvimento em momentos decisivos para as comunidades, poucas eram as questões ou projetos direcionadas à mulher quilombola.

Diante de tal realidade e da ausência de um movimento ou grupo específico de mulheres, a CPI-SP passou a oferecer às comunidades debates ligados a questão de gênero, o que proporcionou novas configurações na relação homem/mulher. Tal ação, refletiu em mudanças no posicionamento das mulheres e dos homens também, mesmo que não de forma generalizada. Após essas primeiras reuniões, no ano de 2015, a CPI-SP juntamente com Coordenação de Mulheres da ARQMO realizaram o I Encontro de Mulheres Quilombolas do Baixo Amazonas/Pará, que reuniu quilombolas de Oriximiná, Óbidos, Monte Alegre e Santarém (SILVA, 2016).

No início, a questão de gênero na ARQMO só tinha no papel. [...] A gente achava que a prioridade era a titulação e que o gênero era para depois. Para nós, gênero era farinha, arroz [...]. Nós deixamos a cargo da CPI-SP encontrar quem poderia nos ajudar na discussão de gênero. Depois de entendido e divulgado o que era gênero, nós escolhemos tratar do planejamento familiar e da saúde da mulher (Socorro Pereira de Oliveira, entrevista concedida a CPI/SP em junho de 2015).

Conforme Silva (2016), esse evento proporcionou a mulheres e homens esclarecimentos sobre cidadania e políticas públicas para a mulher, trabalho doméstico, ausência da ajuda do homem na casa e diversos assuntos que antes eram mantidos em silêncio e negligenciado pelas próprias mulheres e, principalmente, pelos homens. Após o encontro, muitas mulheres saíram dos “porões e dos sótãos”, como diria Del Priore (1998), e estilhaçaram os véus sociais, que por anos lhes foram colocados, no que diz respeito ao ser masculino e feminino.

O retirar dos véus possibilitou que as mulheres quilombolas se enxergassem além do ambiente doméstico e em igualdade com os homens, as motivou e impulsionou a irem além do lar, tanto que para Gabriela Cardoso, “as mulheres estão lutando ativamente pelos seus direitos. [...] hoje as mulheres dependem de si própria para se sustentar, trabalham para poder criar seus filhos com dignidade sem depender de homem pra sobreviver” (Entrevista concedida em maio de 2019). A retirada do véu nas comunidades quilombolas não se dá de maneira generalizada, uma vez que muitas não conseguem ver-se para além da função de protetora do lar e da família.

Na atualidade, as mulheres quilombolas têm demarcado fortemente “seus lugares de fala” e pode-se dizer que a consolidação da liderança feminina nas comunidades do Trombetas e afluentes, começa a acontecer quando a primeira quilombola é eleita coordenadora da associação-mãe, a ARQMO. Essa eleição significa uma quebra da hegemonia masculina na liderança e abre brechas para outras associações elegerem outras líderes femininas, tanto que em 2018 aconteceu na AMD. Claudinete Colé foi eleita 2015 para seu primeiro mandato e em 2018 foi reeleita, e isso significa que mesmo que as construções históricas e ideológicas ainda estejam tão arraigadas nas comunidades rurais, os papéis da mulher e do homem foram ressignificados.

O êxito das líderes femininas e um certo esclarecimento a respeito da igualdade entre homem e mulher deram novos significados aos papéis sociais, mas não foram capazes de superar por completo os

preconceitos. Adriene Silvério relata que muitos comunitários (homem e mulher) ainda duvidam de sua capacidade de liderar, o que demonstra que mesmo que muitas barreiras a respeito das relações do papel masculino e do feminino tenham sido rompidas, ainda permanecem os resquícios do patriarcalismo nessas comunidades, ou seja, as mulheres não estão totalmente livres da dominação e subordinação.

[...] pelo fato de ser mulher, jovem, ainda há muita preocupação, não é tanto dos homens mais novos, mas dos mais antigos. Eu tô sofrendo na pele isso [...] estão preocupados com o rumo da associação, será que ela vai dar conta? Será que ela vai entregar isso aqui pros madeireiros? [...] mas eu acredito que o povo quer mudança, pelo fato de me colocarem pra representar um território que não é pequeno, isso já é uma confiança muito grande, e eu tenho capacidade de mudar, porque eu admiro muito nossos baluartes [...] mas eles já lutaram muito[...] se eles não prepararem esses jovens, nós vamos sofrer as consequências, porque lidar com o governo lá fora não é fácil, ainda mais com esse governo aí, que não é favorável ao quilombola (Adriene Silvério, entrevista concedida em maio de 2019).

A liderança das mulheres nas comunidades quilombolas de Oriximiná perpassa, em consonância com Foucault (2009), por questões de poder e as relações humanas são relações de poder que se consolidam por meio do discurso. Ao se falar de discurso, a referência não é um emaranhado de palavras ou frases com significados, mas sim a algo que estrutura o imaginário social e que envolve controle. Logo, percebe-se que o discurso não apenas traduz as dominações e as lutas, mas também pode ser o que motiva as lutas e conflitos. Nessas comunidades, assim como em outras na Amazônia, há uma disputa pela manutenção de diversos discursos, sejam eles culturais, políticos, religiosos ou econômicos, e no caso dos quilombolas, a supremacia do discurso masculino vê-se ameaçada.

Gabriela Cardoso relata que “as lideranças femininas têm conquistado um espaço bem interessante em seus territórios, demonstrando grande capacidade para liderar e disputar com igualdade a coordenação de uma associação com os homens”, o que significa que as mulheres quilombolas têm buscado, de forma notória, sair da condição de subalternizada e invisibilizada. Ao assumir as posições de líderes, essas mulheres demarcam “seus lugares de fala” e passam a protagonizar as lutas políticas e sociais. Conforme Ribeiro (2019) ao fazerem ecoar suas falas, ao emitirem sua própria voz sobre si mesmas, as quilombolas refutam as máscaras do silêncio que foram obrigadas a usar por anos e rompem com o discurso da supremacia masculina.

Concorda-se com Ribeiro (2019) quando esta diz que não romper o silêncio, não transcender o discurso paternalista, é legitimar o discurso hegemônico, é legitimar a norma do colonizador, é aceitar a posição de subalterno e silenciado. Numa tentativa de não romper a lógica normatizadora e numa demonstração de incômodo com as lideranças femininas, muitos tentam deslegitimar as conquistas das mulheres quilombolas,

e muitas vezes ela se intimida. Eu, se fosse dá ouvido pra o quê os da antiga falaram pra mim, quando eu lancei a candidatura. Eu quis recuar, porque muitas vezes aqueles que já estiverem na luta não incentivam. [...] pra mim, nós devemos preparar nossas mulheres não só pra tá na roça e sim pra assumir cargos de lideranças, de vereadora, qualquer cargo que ela se comprometer a assumir, ela dá conta (Adriene Silvério, entrevista concedida em maio de 2019).

A tomada de consciência, por parte das mulheres quilombolas, do poder que possuem para protagonizar as lutas sociais, territoriais, antirracistas e contra a opressão de gênero, desestabiliza o patriarcado<sup>12</sup> nessas comunidades, justamente porque confronta o poder masculino. Obviamente que as vozes das negras do quilombo, incomodam àqueles que sempre se sentiram autorizados a falar em nome delas. Esse incômodo é visto como algo agressivo e inapropriado, porque “para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares” (RIBEIRO, 2019, p. 75).

O ressoar das vozes silenciadas pode gerar alguns conflitos, como foi possível observar nas falas das entrevistadas. As narrativas invisibilizadas quando ecoam causam mudanças e isso é perceptível no processo histórico das comunidades quilombolas. A maioria das mulheres já conseguiu ultrapassar o ambiente privado (casa), já transita e protagoniza lutas no âmbito público (associações, grupos políticos, igreja, escolas e outros). Para Gabriela Cardoso, poder transitar entre o público e o privado “significa que nós mulheres quilombolas estamos conseguindo conquistar nosso espaço na sociedade [...] com isso podemos exercer cargos que antigamente só os homens assumiam dentro das associações, principalmente na ARQMO” (Entrevista concedida em maio de 2019).

Após anos de luta e resistência nas comunidades quilombolas muitas coisas mudaram. No seio das comunidades, muitas mulheres quilombolas que antes participavam dos enfrentamentos e processos políticos apenas como acompanhantes dos maridos, hoje são sujeitos ativos de sua própria história. Essas mulheres que defenderam/defendem seus territórios e sua cultura, empreendem, na atualidade, novas batalhas e a consolidação da liderança feminina nas comunidades quilombolas de Oriximiná representa uma conquista. Adriene Silvério fala sobre o significado de ser uma líder feminina quilombola.

É muita responsabilidade, [...] não é fácil, [...] mas para mim tá sendo muito bom, porque estou adquirindo conhecimento e isso vai me ajudar, porque eu não pretendo sair tão cedo da associação, mesmo que eu não seja coordenadora. Para mim é um sonho, porque eu sempre queria está na luta, mas eu não era ouvida, eu gritava eu quero entrar, mas não me davam ouvido, eu quero realizar um sonho não meu, mas um sonho do meu povo, para conseguir melhoria, para regularizar nossa situação [território], porque somos resistência (Adriene Silvério, entrevista concedida em maio de 2019, grifo nosso).

Em consonância com Ribeiro (2019) entende-se que vozes como a de Adriene e Gabriela são importantes para fazer ruir a narrativa dominante masculina e consolidar essas mulheres como líderes, como “*negas que desatam nós*”. Essas vozes dissonantes e insistentes são as responsáveis por tirar do silenciamento, da escuridão e trazer à claridade os discursos femininos há tempos silenciados. São vozes construídas a partir de outros referenciais, nas lutas, na vivência de diversas opressões, nas diversas resistências. São falas estridentes, que ecoam como insurgências e que buscam outras possibilidades de existir, para além daquela imposta pelo regime discursivo dominante.

Quando se menciona que são “*negas que desatam nós*” a referência é justamente a postura ativa, articuladora, militante e a capacidade dessas mulheres de desatar/resolver os problemas relacionados a políticas públicas, a titulação e gestão territorial nas comunidades quilombolas. O “*desatar nós*” também

---

<sup>12</sup> O patriarcado é a manifestação e institucionalização da dominação masculina sobre a mulher nos diversos âmbitos das relações sociais, isso significa que o homem detém poder nas diversas instituições da sociedade e que a mulher é destituída de direitos e recursos. Saffioti considera o patriarcado como “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2012).

se relaciona a luta por direitos iguais entre homens e mulheres, uma busca em ocupar espaços antes tido como de domínio masculino, é uma espécie de desfazer (desatar) de algo que prendia, subordinava (nó), é um romper com a dominação masculina.

## Considerações finais

O intuito do estudo era fazer uma reflexão sobre a relevância da consolidação da liderança feminina e os “lugares de fala” das mulheres dentro das associações quilombolas, em Oriximiná, Pará. Por muito tempo a mulher foi silenciada na historiografia e mesmo com todo esforço em manter a figura feminina invisibilizada, sempre houve mulheres dispostas e determinadas a romper as máscaras do silêncio (TORRES, 2012). As mulheres quilombolas de Oriximiná ousaram quebrar as amarras do silenciamento e fizeram com que suas vozes ressoassem contra as diversas formas de dominação.

A intenção ao utilizar a sociologia reflexiva de Bourdieu (2010) é tornar visível as vivências, as lutas e as conquistas daquelas que resistiram e resistem ao projeto colonizador e às regras heteronormativas. Atualmente, essas mulheres quilombolas deixaram de ser coadjuvantes para serem protagonistas de seus próprios discursos e de sua história e depois de muito lutar, conseguem transitar nos diversos âmbitos da vida social, inclusive, ocupando posições de lideranças nas associações, fato que quebra a supremacia masculina nesse espaço público.

As narrativas e os discursos das mulheres quilombolas de Oriximiná têm ganhado visibilidade e, hoje suas demandas são mais discutidas e isso deve-se ao fato dessas mulheres continuarem a lutar e produzir falas insurgentes e contra-hegemônicas. Essa voz disfônica é a responsável por tirar do silenciamento os discursos femininos há tempos silenciados, bem como é um modo de demarcar o “lugar de fala” dessas mulheres.

Essas falas são de mulheres que lutam e relutam, resistem e reexistem, são vozes de mulheres que ousaram romper paradigmas, transgrediram regras normativas, são falas de mulheres que insistem em ser protagonistas das suas histórias, são vozes de mulheres que refutam os estereótipos, que transcendem a inferiorização, são negras quilombolas que “desatam nós”.

## Referências

- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiões dos matos e rios*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombos e as Novas Etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ANDRADE, Lúcia M. *Os Quilombos da Bacia do Rio Trombetas*. São Paulo: CPI-SP, 2011.
- ARCHANJO, Elaine Cristina O. F. *Oriximiná Terra de Negros: trabalho, cultura e luta de quilombolas de Boa Vista (1980-2013)*. Dissertação (Mestrado em História). Manaus: UFAM, 2015.
- AZERÊDO, Sandra. *Preconceito contra a “mulher”: diferenças, poemas e corpos*. São Paulo: Cortez, 2007.

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma sociologia reflexiva”. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- CARNEIRO, S. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. *Terras Quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças*. São Paulo, 2011.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. 1997. Disponível em <arquivo.geledes.org.br/atlantico-negro/movimentosliderespensadores/afroamericanos/10243-as-mulheres-negras-naconstrucao-de-uma-nova-utopia-angela-davis>.
- DEL PRIORE, Mary. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- DOMINGUES, Petrônio. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. In: *Tempo* [online], v.12, n. 23, 2007.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). “Escrever a História das Mulheres”. In: THÉBAUD, Françoise. *História das Mulheres no Ocidente. O século XX*. Porto, Edições Afrontamento, 1995.
- FOUCAULT, Michel. “A ordem do discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970”. 18° ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negro no Brasil*. 2° ed. Curitiba: Appris, 2013.
- GONZALEZ, Lélia. “Mulher negra”. In: *Afrodíspora*. Rio de Janeiro: IPEAFRO, v. 3, n. 6/7, 1985. pp. 94-104.
- GONZALEZ, Lélia. “Mulher Negra”. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Guerreiras da Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HOLLANDA, Heloisa H. O. B. “Feminismo em tempos pós-modernos”. In: *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MIGUEL, Luis Felipe. “Autonomia, paternalismo e dominação na formação das preferências”. In: *Opinião Pública*. Campinas, v. 21, n. 3, 2015.

MONTEIRO, K. dos S. *As Mulheres Quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território*. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: UFPB, 2013.

ONU Mulheres. *Mulheres Quilombolas: liderança e resistência para combater a invisibilidade*. Brasil: CONAQ, 2017.

PAGU, Ana. “O que é machismo”. In: CANARY, Henrique. *O que é... Conceitos fundamentais de política, economia e sociedade*. São Paulo: Sundermann, 2012.

PERROT, Michele. “Práticas da Memória Feminina”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, 1989.

RIBEIRO. Dajmila. 2019. Lugar de Fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *As Vozes do Mundo: reinventar a emancipação para novos manifestos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, vol. 2, jul-dez de 1995.

SILVA, Raimunda Patrícia Gemaque da. *O lado feminino do quilombo: o território quilombola sobre o enfoque de gênero nas comunidades Boa Vista e Moura, em Oriximiná, Pará*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2016.

SOIHET, Rachel. “História das mulheres e história de gênero: um depoimento”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, n. 11, 1998.

TORRES, Iraíldes Caldas Torres. “A Formação Social da Amazônia sob a Perspectiva de Gênero”. In: NORONHA, Nelson M. de; ATHIAS, Renato (org.). *Ciência e saberes na Amazônia: indivíduos, coletividades, gêneros e etnias*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

TORRES, Iraíldes Caldas Torres; OLIVEIRA, Marcia M. *Tráfico de Mulheres na Amazônia*. Florianópolis: Ed. Mulheres., 2012.

**Recebido em 23.10.2019**

**Aprovado em 08.11.2019**